



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

**ATA DE REUNIÃO
GA TAQUARAÇU DE MINAS – 13/04/2021**

Aos 13 (treze) de abril de 2021, às 14:00 (quatorze horas), membros da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH e da Prefeitura Municipal de Taquaraçu de Minas reuniram-se, de modo virtual por meio da plataforma Meet Jit, em virtude da pandemia do COVID-19. O objetivo principal desta reunião é discutir o cronograma de revisão do plano diretor com o Grupo de Acompanhamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal e retomada dos trabalhos a partir da discussão sobre o Distrito do Engenho.

Inicialmente, Sr. Charliston Moreira, Diretor de Planejamento Metropolitano, dá as boas vinda e informa a missão da diretoria em dar apoio técnico a revisão dos planos diretores da região metropolitana e diz de apesar da equipe ser pequena, está engajada em alcançar os objetivos. Enfatiza a participação do Ministério Público no Termo de Cooperação Técnica firmado e sobre a recomendação de não realização de audiências públicas durante o período de agravamento da pandemia de COVID-19. Em seguida pede para que todos os presentes se apresentem e se sintam à vontade para se manifestarem.

Em seguida, Sr. Leopoldo Curi inicia, por meio de tela compartilhada, a apresentação do cronograma de revisão do plano diretor para tratarem sobre as alterações realizadas e alinhar os trabalhos, contextualiza sobre as etapas já realizadas desde o início dos trabalhos, ressaltando a realização de reunião de pactuação da metodologia, capacitações e os produtos já entregues pela Agência RMBH e aprovados pelo município ainda em 2020, sendo eles os Produtos 01 e 02, ressalta a importância de todos lerem os produtos e que houve muita dificuldade de participação dos membro do grupo de acompanhamento do processo de revisão do plano diretor.



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Informou que o Produto 03 – Diagnóstico territorial – está em fase de elaboração projetando sua finalização até junho/2021. Serão tratadas políticas municipais que reverberam nas questões territoriais do município. Lembra que neste momento é complicado a utilização do “espaço físico do plano diretor”, e que por este motivo o “espaço virtual do plano diretor” que fica hospedado do site da prefeitura deve estar bem visível e atualizado com toda informação e material produzido durante o processo. São importantes canais de comunicação entre o poder público e a sociedade civil sobre o trabalho que está sendo feito.

Com a nomeação do decreto de atualização dos membros do GA será possível realizar a 2ª audiência entre julho e agosto/2021, ressalvadas as medidas necessárias em virtude da pandemia. Na oportunidade serão discutidas as potencialidades, conflitos e desejos do território municipal e as informações serão consolidadas em mapa, será feito um relatório descritivo da 2ª audiência pública que servirá de base para elaboração da proposta preliminar de estruturação territorial entre setembro e novembro/2021. Projeta-se a possibilidade de realização de visitas técnicas estratégicas em dezembro/2021.

A 3ª audiência pública está prevista para janeiro de 2022, onde se começa a estabelecer diretrizes para estruturação territorial e definição das políticas públicas necessárias. No período de fevereiro e março serão amadurecidas todas as ideias e será elaborada uma proposta de estruturação territorial mais conclusiva que será apresentada da 4ª audiência a ser realizada em abril de 2022 onde a discussão se dará em cima uma proposta territorial mais concreta. Entre abril e agosto de 2022 será elaborada e entregue a minuta de projeto de lei. Entre agosto e novembro a minuta de projeto de lei passará por adequações e preparada para ser entregue para votação na câmara de vereadores em dezembro de 2022.



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Leopoldo Curi, ressalta a importância da participação do poder legislativo no grupo de acompanhamento do processo de revisão do plano diretor, pois isso facilita a tramitação do projeto de lei na câmara de vereadores, uma vez que este não seria uma novidade para o legislativo. Informa que tem se unido as leis de parcelamento do solo junto com o Plano Diretor, além das questões ligadas ao meio ambiente buscando maior integração do ponto de vista prático e aplicação mais eficiente, seguindo as orientações do Estatuto da Cidade.

Com a abertura para a palavra, Charliston Moreira pergunta se o cronograma ora apresentado atende ao município e todos aprovam o cronograma apresentado passando para a próxima pauta da reunião que é a discussão sobre o Distrito do Engenho.

Leopoldo Curi, explica a dinâmica das reuniões com os grupos de acompanhamentos que tem sido realizada com os municípios assessorados pela Agência RMBH, onde o grupo escolhe uma localidade específica do município e um mapa é compartilhado em tela e o grupo disserta sobre a região enquanto os relatos são registrados em ata. A metodologia se baseia em discutir as especificidades da cidade (por regiões) abordando os principais conflitos, potencialidades, desejos e soluções. As informações colhidas serão agrupadas e darão subsídios para elaboração da minuta do projeto de lei do plano diretor. Cada reunião tem durado cerca de 1h30min.

Com o mapa do município em tela, os participantes fizessem comentários sobre as especificidades do Distrito do Engenho. Derza Nogueira observa que o Distrito do Engenho fica na divisa com o município de Santa Luzia e informa que a ocupação na região está acelerada. Alguns moradores reclamam de falta de água, nas proximidades fica o Refúgio de Vida Silvestre Macaúbas e em sua área de amortecimento fica a fazenda do exército. Ricardo de Souza ressalta que o refúgio não pertence ao município de Taquaraçu



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

de Minas e que o distrito é uma ocupação antiga, que data do séc. XVIII, era uma fazenda. O parcelamento do solo foi realizado por hereditariedade e tem uma parte que está se desenvolvendo. A COPASA está fazendo mais poços para atender a demanda da região. Poços irregulares poluem os lençóis freáticos e há desmatamento próximo da bacia dos córregos. São necessários muitos estudos para solucionar estes problemas.

Segundo César Augusto a região é o 2º maior colégio eleitoral, cerca de 900 eleitores entre aproximadamente 1.500 habitantes. Acrescenta que é uma região de sítiantes e que nos finais de semana há falta de água. É uma região muito próxima de Santa Luzia e que tem ruas muito estreitas e sofre com falta de infraestrutura. O acesso principal é realizado pela Rodovia MG 020 e pela Rodovia MGL 855, ambas pavimentadas. O acesso à Sede Municipal é realizado pela Rodovia MGL 855 e também por estradas vicinais em pavimentação.

Ricardo de Souza informa que a proximidade com o município de Santa Luzia faz com que a população seja flutuante. O acesso é muito fácil. É necessário trabalhar a questão do pertencimento ao município. Acrescenta que existem imóveis de interesse histórico, mas que não estão relacionados como patrimônio cultural. Informa também que a área possui poços artesianos. Continua dizendo que é a questão dos sítiantes é cultural no local, regiões íngremes, de belas paisagens, originalmente iniciado por fazendeiros. É possível trabalhar a agropecuária de forma sustentável. Possui uma produção não tão expressiva, mais direcionada para a agricultura familiar.

Ricardo de Souza diz que não há coleta e nem tratamento de esgoto e que os moradores buscam soluções individuais. Nem toda a região central possui tratamento de esgoto. Há “fossas negras” que comprometem os lençóis freáticos e geram prejuízos ao município no campo financeiro, da saúde e do meio ambiente. A COPASA tem concessão até 2042. O plano de saneamento venceu em 2014 e precisa ter a base de dados revisadas.



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Leopoldo Curi questiona sobre se há legislação que delimita o Distrito do Engenho. Ricardo de Souza responde que a legislação considera toda a área do município como urbana ou de expansão urbana. Bruna Raquel informa ter conhecimento de uma lei que trata da delimitação do Engenho e dos confortantes. Ricardo de Souza diz que não tem uma para o portal do engenho e nem para o parcelamento específico particular. Leopoldo Curi localizou uma lei que definia o perímetro urbano do Distrito do Engenho, sendo que a área ora delimitada, pode então ser considerada como urbana.

Leopoldo pergunta sobre as potencialidades da região. Ricardo de Souza relata que o engenho tem história, grande vocação para pequenas indústrias por ter acesso às rodovias e para o turismo ligado às atividades rurais. O esporte é valorizado, possui um time de futebol, escolarização, jovens, remanescentes importantes de áreas de interesse ambiental que podem ser preservados, é próximo ao convento de Macaúbas localizado em Santa Luzia. Acrescenta que não será muito difícil fazer as delimitações dos parcelamentos existentes.

Cesar Augusto acrescenta que a área possui nascentes, muitas pessoas jovens e que é necessária infraestrutura para que os jovens permaneçam na região. Ricardo de Souza cita sobre a gastronomia local como doces e pés de moleque.

Bruna Raquel comenta sobre a extração, mineração presente nas proximidades. Ricardo de Souza informa que é uma mineração de quartzo, licenciada pelo Estado e que está em fase de encerramento de mina, iniciando a recuperação da área.

Perguntado sobre a existência de restaurantes e meios de hospedagens, Ricardo de Souza relata que há poucas iniciativas neste sentido. Há espaço para criação de um ginásio de esporte. Há atividade de comércio industrial. O Distrito está em uma região estratégica



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

em relação aos acessos rodoviários, próximo a Santa Luzia e Jaboticatubas. Derza Nogueira informa que a região deve mudar bastante em decorrência do novo rodoanel que vai passar na localidade de Pinhões (comunidade quilombola) em Santa Luzia. O traçado do Rodoanel foi compartilhado em tela constatando que irá impactar a região.

Jânio de Lima destaca o potencial turístico da região onde se tem cavalgadas, potencial para indústrias e pousadas, revela preocupação com a atividade de mineração na “pedreira”. Derza Nogueira diz que o escoamento da produção do Município antigamente saía pelo Engenho. Jânio de Lima diz que é necessário criar alternativas de acesso à MG020. Se acontece um acidente próximo ao campo de futebol, há problemas de acesso para a Sede Municipal. Ricardo de Souza ressalta que este problema é comum em muitos Municípios e que quando ocorre é possível criar alternativas temporárias e que dá para organizar, construir baias, organizar estacionamento quando tem algum evento esportivo, informa ter uma passagem alternativa pela localidade de Pinhões. Ricardo de Souza diz que o convento de Macaúbas tem acesso pela MG020, tem 300 anos de história, é tombado e foi a primeira escola feminina de Minas Gerais.

Cesar Augusto aponta que cabe atenção à importância do acesso pela LMG 855, que também se constitui em alternativa para o tráfego da rodovia BR 381. O crescimento urbano do Engenho é influenciado pela proximidade do Distrito com a LMG 855. Bruna Raquel informa quanto a dificuldade de acesso do distrito à Sede Municipal (região central). Há um ônibus metropolitano que passa uma ou duas vezes por dia. Ocorre a prática de uso de ônibus escolar para transportar as pessoas, ou as pessoas andam até Santa Luzia onde tem ônibus hora em hora. Derza Nogueira diz que tem uma escola que atende até a 6ª série, os alunos acima da 6ª série são levados de ônibus escolar para o centro. São 2 ônibus escolares que levam e buscam. Cesar Augusto acrescenta que é a única escola que persiste fora do centro, na Sede Municipal.



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Leopoldo Curi informa que vai encaminhar o mapeamento dos parcelamentos elaborados para o Produto 3, assim que o finalizado este trabalho técnico.

Ricardo de Souza relata que a região possui outros produtos gastronômicos como queijo artesanal, doces variados com destaque para o pé de moleque e canudinho, produção de hortaliças não convencionais, tem o famoso pastel da Nadir e muitos pratos típicos, além da produção de rapadura e cachaça, de onde vem o nome do Distrito. Jânio de Lima informa que há roteiros turísticos e trilhas (inclusive aquática) sendo trabalhado na região.

A dinâmica da reunião foi aprovada. Bruna Raquel sugere que se mantenha as discussões por localidade e que, a cada reunião, serão convidadas pessoas que conhecem a fundo a localidade da pauta. Agendada a próxima reunião para o dia 22/04/21 às 14 horas onde serão discutidas as regiões: Cumbe, Campo Santo Antônio e Amaro

Não havendo mais nada a se tratar a reunião foi encerrada.

13 de abril de 2021

Pela Agência RMBH - Diretoria de Planejamento, Articulação e Intersetorialidade:

- Charliston Moreira - Diretor
- Fernanda Lobo
- Adalberto Stanley
- Leopoldo Curi
- Newton de Carvalho
- Diego Pessoa
- Paulo Góes



GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Pelo município de Taquaraçu de Minas:

- Ricardo José de Souza – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
- Cesar Augusto Magalhães Moreira – Presidente Câmara Municipal de Vereadores
- Bruna Raquel Cruz Pinto – Secretaria Municipal de Administração
- Derza Aparecida Costa Nogueira - Analista Ambiental CBH rio VELHAS
- Jânio de Lima Marques – Sociedade Civil
- Alexandre José Orzil – Procuradoria Municipal
- Matildes Gonçalves Lara – Sociedade Civil
- Flavia Antônia de Barros Cruz – Câmara Municipal de Vereadores
- Jânio de Lima Marque – Sociedade Civil (Ecotur)